

Deputado lamenta a sentença

"A decisão do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública do DF, Marco Antônio da Silva Lemos, em negar o pedido de liminar para o embargo das obras de despoluição do Lago Paranoá, pode ser atribuída à falta de consciência e despreparo do Poder Judiciário com questões relativas ao meio ambiente".

A afirmação foi feita, ontem, pelo deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP) que considerou "lamentável" o fato de o Judiciário não ter concedido a liminar. Ele advertiu, ainda, ser um absurdo as obras prosseguirem sem a necessária apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), e criticou: "A recusa de se fazer o Rima caracteriza a política de Governo autoritário".

Fábio Feldmann justificou sua posição explicando que sem a

apresentação do Rima, não haverá como controlar os danos ecológicos futuros a serem provocados pela ampliação das estações de tratamento de esgotos, que desembocarão dentro do lago Paranoá.

O parlamentar previu que a degradação do meio ambiente será irreversível, acrescentando que o fato de o juiz não ter concedido a liminar para embargar as obras, não exclui a responsabilidade do GDF e da Caesb pelos danos ecológicos.

O deputado Fábio Feldmann irá se reunir amanhã com o governador José Aparecido, aproveitando a oportunidade para pedir-lhe que cumpra a legislação, ou seja, que exija da Caesb a apresentação do Relatório do Impacto Ambiental à Coordenadoria do Meio Ambiente (Coama).